

EXMO. SR. LUIZ CARLOS TURATTO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a). E demais membros designados.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 201/2022

PRINTER DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.916.444/0001-22, com sede na Rua Desembargador Arthur Leme, 327, Bacacheri, Curitiba, e-mail para contato silvana@printerdobrasil.com.br, representada na forma de seu contrato social por Aparecido Porfirio dos Santos, vem, perante Vossa Excelência, com fulcro no art. 164 da Lei 14.133/21 e art. 24 da Lei 10.520/2002, tempestivamente apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, fundamentado nas seguintes razões:

1. TEMPESTIVIDADE

Antes de adentrar no mérito da impugnação, vale dizer que a presente é tempestiva, porque protocolada antes dos 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, o que ocorrerá no próximo dia 24/01/2023.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

O objeto da licitação é o ***“Registro de preços, objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada para locação de impressoras novas para impressão monocromática e quadricromática para uso das diversas secretarias do município de Dois Vizinhos. Com item(ns) Exclusivo(s) para a participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, item(ns) com Cota Reservada para participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e item(ns) aberto(s) para Ampla Concorrência.”***

Todavia, compulsando ao Edital deste pregão, notamos a existência de violações à Lei de Licitações e às legislações aplicáveis às contratações públicas, motivo pelo qual é imperiosa a suspensão do pregão eletrônico marcado para o dia 24/01/2023, com o objetivo de que sejam corrigidas as ilegalidades perpetradas pelo Pregoeiro, conforme se espera demonstrar a seguir.

3. DIVISÃO DO OBJETO QUE IMPLICA EM PERDA DE ECONOMIA DE ESCALA E NA INVIABILIDADE TÉCNICA DA SOLUÇÃO

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, este município optou, no Edital do Pregão nº 201/2022, por dividir o objeto a ser contratado em três diferentes lotes. Na justificativa do processo, os responsáveis pela produção do edital afirmam que a forma como ele foi pensado e tem por objetivo, entre outros, o de *“redução de custos e de gastos com materiais de expedientes, a locação de impressoras multifuncionais está dentro de um plano de gestão eficiente e comprometido com a economicidade”*.

A toda evidência, **em primeiro lugar**, sabe-se que, como regra, a Lei de Licitações e a Lei do Pregão impõem ao administrador a divisão da licitação em tanto lotes e itens quanto bastem para que seja ampliada a competitividade do certame licitatório, de modo a permitir que o máximo de interessados participe e, potencialmente, se tornem fornecedores da administração pública. É o que se depreende da interpretação sistemática dos arts. 3º e 23, §1º, da Lei 8.666/93.

Contudo, estes artigos, ao mesmo tempo, não retiram da administração pública a obrigação de demonstrar que as suas escolhas privilegiam a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, nos termos do art. 3º, da Lei 8.666/93, assim como também que a divisão em parcelas, ou seja, lotes/itens, tenha a sua viabilidade econômica comprovada, o que perpassa tanto o respeito e o incentivo à ampliação da competitividade, sem perder de vista **a perda da economia de escala**, a teor do art. 23, §1º da Lei 8666/93.

E, com o devido respeito, este não parece ser o caso deste procedimento licitatório, em particular, porque este Município deixou de “resguardar a economia de escala, ou seja, (...) **observar que quanto maior a quantidade do bem licitado, menor poderá ser o seu custo**”¹.

Neste sentido, não há maiores explicações sobre os motivos pelos quais o objeto foi dividido nesta quantidade de lotes e itens, motivo pelo qual a omissão da administração leva à única conclusão de que há desrespeito ao princípio da economicidade nesta divisão, dada a perda de economia de escala, em especial porque impede ao futuro fornecedor de aproveitar os descontos potenciais que os

¹ KALLUF, Priscila Segala. Licitação por item e por lote: características e procedimento. In: Coluna Jurídica da Administração Pública. Curitiba, JML Consultoria & Colaboradores. Disponível em: https://portal.jmlgrupo.com.br/arquivos/news/newsletter_adm_publica/arquivos/ANEXO_4_6_04.pdf. Acesso em< 16 jan. 2023>.

fabricantes de equipamentos e insumos concedem às empresas que adquirem grandes quantidades de equipamentos e acessórios.

Veja-se que ao olharmos detalhadamente os modelos de máquinas a serem adquiridas, salta aos olhos que os modelos de equipamentos requisitados são exatamente os mesmos para os lotes 1 e 2, separados apenas em MODELO I, II e III! Não há sequer uma linha de diferença entre as especificações requisitadas, de modo que, aparentemente, a única razão pela qual houve a divisão em lotes se dá em razão dos valores a serem contratados.

Nesta senda, há um óbvio e evidente descompasso, porque a adoção do lote único permitiria à futura fornecedora adquirir uma grande quantidade de equipamentos, certamente a preços mais baixos, porque este é o padrão da indústria de fornecimento de equipamentos de informática. De se notar pelos números quando comparamos os itens que, em que pese o objetivo de ampliar a competitividade, possibilitando ao aumento do número de concorrentes e potenciais fornecedores, o que este Município alcançara será, em verdade, a perda na economicidade porque, como já dito, os fornecedores perderão a capacidade de negociação com os fabricantes que representam. Vejamos:

QUANTITATIVO	LOTE 1	LOTE 2	TOTAL DE MÁQUINAS
MODELO I	37	37	74
MODELO II	37	37	74
MODELO III	25	25	50

Por este motivo, requer-se a Vossa Excelência que reavalie a divisão deste procedimento licitatório em lotes/itens, dado que há evidente perda de escala na opção por essa divisão, já que a vitória de dois diferentes fornecedores para os lotes nos quais haverá fornecimento do mesmo equipamento não permitirá a que o adjudicado se utilize de seu poder de negociação para que ofereça à administração pública o melhor preço.

Em segundo lugar, no mesmo sentido que se argumentou acima, ainda que o Lote 3 tenha por objetivo a aquisição de equipamentos diferentes daqueles a que se referem os Lotes 1 e 2, deve-se apontar para o fato de que este Município deixou de apresentar quaisquer justificativas para a separação desta aquisição em três lotes, já que é presumível, conforme se buscou arguir anteriormente, que a escolha por um único fornecedor lhe permitiria um ganho de espaço negocial com a consequente

diminuição dos preços de compra dos equipamentos perante o fabricante e, portanto, com o oferecimento de preços menores à administração pública municipal.

Em terceiro lugar, a contratação da forma como foi pensada pela administração pública é absolutamente inviável do ponto de vista técnico. Explica-se: trata-se da contratação de solução de TI que envolve o fornecimento de hardwares, seus insumos e também do suporte técnico necessário à operação plena destes equipamentos.

Ao dividir o objeto em três lotes distintos, este município corre o risco de ter três diferentes fornecedores para estes equipamentos, o que significa fabricantes diferentes, insumos diversos e suporte técnico também dissemelhante. Destarte, se o total da contratação envolve aproximadamente 200 (duzentas) máquinas diferentes, sem que seja previamente estabelecido o local em que cada uma dessas máquinas será instalada, é possível que num mesmo órgão da Prefeitura sejam alocados equipamentos para cujo suporte seja necessário a abertura de chamados a três empresas distintas! É possível imaginar o pesadelo no caso em que uma das empresas contratadas seja chamada para atender a um eventual problema de um equipamento pertencente a uma das outras fornecedoras.

O TCU, em seu *“Guia de Boas Práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação”* sugere ao administrador público, em consonância com o art. 8º da Lei 8666/93, que a solução de TI deverá ser pensada e planejada na íntegra e previamente. Uma vez realizada a avaliação da necessidade da administração, o setor responsável pela contratação deverá avaliar a possibilidade de divisão desta compra em tantos objetos quanto possível, desde que isso seja técnica (e economicamente) viável.

Neste caso, com todo o respeito, a forma através da qual este Município dividiu o objeto foi equivocada, porque a solução de TI – *outsourcing de impressão, com fornecimento de equipamentos, sua manutenção e suporte técnico* – está sendo contratada de forma unificada – o que nos parece correto – porém, por três vezes, em lotes distintos, nos quais a administração busca adquirir as mesmas máquinas!

Novamente segundo o TCU, a regra é a divisão, desde que ela seja tecnicamente viável e caso haja fornecedores para toda ela – que é, precisamente, o caso desta específica contratação que agora o Município de Dois Vizinhos busca realizar.

Em todo caso, na hipótese de que este município mantenha a divisão por lotes tal como proposta nesta licitação, o TCU também é claro ao afirmar que “é importante (...) que também se deve

justificar a forma de parcelamento escolhida, caso a equipe de planejamento da contratação decida dividir a solução”², opção esta que não foi explicada no edital deste pregão eletrônico. De novo segundo o TCU:

A forma de adjudicação da solução, que consta do edital de licitação, é derivada da forma de parcelamento da contratação. **Se a solução não for divisível, o objeto da licitação será composto por vários itens que deverão ser adjudicados a uma única empresa** ou a um consórcio³.

Assim, pelos motivos expostos, requer-se a suspensão da realização do pregão para que seja possível realizar o refazimento do edital da licitação, para que seja unificada a compra de equipamentos em um único lote, ainda que com diversos itens, de modo a favorecer o princípio da economicidade, já que o óbvio ganho de economia de escala favorecerá o futuro fornecedor em negociação com os fabricantes, permitindo a entrega de uma solução tecnicamente viável e, em consequência, permitirá a apresentação de preços menores por item à administração pública.

4. PREFERÊNCIA A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS QUE VIOLA O PRINCÍPIO DA VANTAJOSIDADE

Para além dos argumentos expendidos no parágrafo anterior já suficientemente aptos a demonstrar o equívoco na divisão da licitação por lotes/itens tal como feito por este Município, há uma segunda razão pela qual a divisão tal como feita neste pregão é ilegal.

O motivo é que, se, aparentemente, a divisão em três lotes, quais sejam, a “Cota Exclusiva”, a “Ampla Concorrência-Cota Principal” e a “Cota Reservada”, tem por objetivo o respeito ao art. 47 da LC 123/2006, o qual tem por princípio normatizar o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte, a forma como tal procedimento foi levado a cabo violou, por outro lado, o art. 49 da LC 123/06.

O art. 47 da LC 123/06, somado ao art. 48 da mesma norma, não só permite como impõe à administração pública, no âmbito dos procedimentos licitatórios, a concessão de tratamento

² Guia de boas práticas em contratação de soluções de tecnologia da informação: riscos e controles para o planejamento da contratação / Tribunal de Contas da União. – Versão 1.0. – Brasília: TCU, 2012. P. 104.

³ *Idem*.

diferenciado às microempresas e EPPs, tanto através da realização de processos licitatórios destinados exclusivamente a este tipo de empresa (inc. I), quanto através da imposição de cota de contratação de até 25% do objeto (inc. II).

Todavia, a adoção destes procedimentos diferenciados depende do respeito ao art. 49 da LC 123/06, o qual, em seus incisos II e III, impõem à administração pública a obrigação de demonstrar ou justificar a existência de ***três fornecedores competitivos sediados local ou regionalmente*** ou mesmo que ***há vantagem para a administração pública*** na adoção tanto da exclusividade quanto da cota de 25%.

Neste viés, é de se notar que não há qualquer justificativa neste sentido no edital da licitação. Não se sabe se existem local ou regionalmente três fornecedores capazes de fornecerem os objetos reservados a eles, bem como se há vantagem para a administração pública na adoção da divisão por lotes adotada nesta licitação.

Ao contrário. Conforme já se argumentou no tópico antecedente, é evidente a inexistência de vantagem para a contratação de equipamentos de informática em lotes separados, em especial porque, como demonstramos, o quantitativo de impressoras a serem adquiridas favoreceria a negociação do potencial fornecedor em face dos fabricantes de equipamentos.

Do mesmo modo e, ao mesmo tempo, caberá a este Município ***demonstrar a vantagem da concessão de preferência às micro e pequenas empresas, bem como a preferência a empresas locais***, já que, a teor do art. 49 da LC 123/06, ***não se presume automaticamente que a garantia de preferência a esta espécie de empresas levará à que a administração pública realize a contratação mais vantajosa.***

Em conclusão, dado que não há no edital qualquer justificativa ou evidência de que a adoção da licitação preferencial a que alude o art. 47 da LC 123/06 trará qualquer vantagem à administração pública, requer-se a suspensão da sessão para abertura do pregão, de modo a permitir a este município que reavalie a divisão do procedimento em lotes e itens tal qual foi procedida, para que demonstre a manutenção da vantagem no modelo de contratação adotado.

5. CRITÉRIO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA FALHO – FALTA DE IDENTIFICAÇÃO DE SUA RELAÇÃO COM O OBJETO LICITADO

Compulsando ao edital, percebe-se também que há ilegalidades relacionadas aos critérios para a habilitação técnica da futura contratada. Isso porque, no que toca à qualificação técnica da fornecedora, o edital do pregão não define se os atestados requeridos e aptos a comprovar a aptidão para fornecimento e execução do objeto da licitação dizem respeito ao quantitativo total de equipamentos e serviços da íntegra da licitação ou à quantidade de equipamentos de cada um dos lotes. Este equívoco se repete tanto no item 14.6.4 – referente às empresas que não se enquadram como microempresa ou EPP, quanto no item 14.7.3 – referente àquelas que se enquadram como tal:

14.6.4. Qualificação Técnica:

a) Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para fornecimento e execução pertinente e compatível com o objeto licitado.

14.7.3. Qualificação Técnica:

a) Um ou mais atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para fornecimento e execução pertinente e compatível com o objeto licitado.

No entanto, como é de conhecimento de Vossa Excelência, os critérios para habilitação do futuro vencedor do certame devem guardar coerência com a futura contratação. Assim, para este edital em específico, a administração somente poderia cobrar dos interessados a qualificação técnica equivalente ao quantitativo dos bens a serem efetivamente entregues após a assinatura do contrato, no caso de manutenção de três lotes distintos, para cada um desses lotes. Como ensinam Tatiana CAMARÃO e Fausto da Cunha PEREIRA:

Assim, por exemplo, **é inválido estabelecer que o licitante deverá preencher os requisitos de habilitação para o conjunto global dos objetos licitados** (eis que o julgamento se faz em relação a cada item). Isso **corresponderia a exigir habilitação superior ao mínimo necessário à contratação**. Afinal, se o particular poderá ser contratado para executar apenas um certo item, não é cabível dele exigir-se nada além do que a habilitação correspondente ao dito item”.⁴

⁴ CAMARÃO, Tatiana; PEREIRA, Fausto da Cunha. Contribuição para a análise do julgamento por item. Revista Zênite – Informativo de Licitações e Contratos (ILC), Curitiba: Zênite, n. 247, p. 868-872, set. 2014. Disponível em: <https://www.tatianacamarao.com.br/wp-content/uploads/Tatiana-Camarão.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2023.

Não sendo possível *à prima facie* concluir qual o quantitativo mínimo dos atestados de qualificação técnica necessários para que a futura fornecedora seja considerada habilitada ao fornecimento do objeto licitado, deve ser acatada a presente impugnação ao edital, tendo em vista a clara violação ao art. 30, II, da Lei 8.666/93.

6. ILEGALIDADE DA ADOÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ao analisar em detalhes o edital de licitação, esta empresa não pôde deixar de notar que se trata de procedimento licitatório cujo objetivo é a formação de uma ata de registro de preços para “*a futura e eventual contratação de empresa*”. Contudo, não se encontra no documento qualquer justificativa ou motivação para a adoção deste procedimento. Em todo caso, a sua utilização neste caso é ilegal e deve ser modificada por este município.

A razão é que a adoção da Ata de Registro de Preços a que alude o art. 15 da Lei 8.666/93, depende do cumprimento a determinados requisitos, os quais estão normatizados no Decreto nº 7892/2013 da União, em especial, no seu art. 3º. Neste sentido, de acordo com o entendimento mais recente do Tribunal de Contas da União (TCU), **a utilização da ata de registro de preços somente é considerada legal quando não se estiver diante de serviços continuados e específicos, com quantitativos certos e determinados:**

"Representação formulada ao TCU apontou possíveis irregularidades na Prefeitura Municipal de Natal/RN, relacionadas ao Pregão Eletrônico 20.062/2016, que tinha por objeto o registro de preços para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de apoio operacional e administrativo, de natureza contínua, visando suprir necessidades da Secretaria Municipal de Saúde referentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Quanto à irregularidade consistente na “utilização indevida do Sistema de Registro de Preços”, ao apreciar a alegação do Secretário Municipal de Saúde de que “o motivo da escolha pelo SRP teria sido o atendimento de demandas futuras e imprevisíveis”, a unidade técnica ponderou que o simples fato de haver possibilidade de aumento futuro da demanda pelos serviços “não justifica a constituição de uma ata de registro de preços”. Segundo a unidade instrutiva, **o termo de referência do pregão “demonstra claramente a quantidade de mão de obra a ser contratada para cada serviço a ser prestado pela empresa contratada”, (...) A unidade técnica concluiu então que se tratava da “contratação imediata de serviços continuados e específicos, com quantitativos certos e determinados, não havendo parcelamento de entregas do objeto”, restando, portanto, indevida a utilização do sistema de registro de preços.** Em seu voto, o

relator acompanhou, no essencial, o entendimento da unidade instrutiva, acrescentando a jurisprudência do TCU no sentido de que “a ata de registro de preços se encerra ou com o término da sua vigência ou com a contratação da totalidade do objeto nela registrado”, invocando, para tanto, o Acórdão 113/2012 Plenário. Ao final, o relator propôs (...) que a “utilização do sistema de registro de preços para contratação imediata de serviços continuados e específicos, com quantitativos certos e determinados, não havendo parcelamento de entregas do objeto”, viola o art. 3º do Decreto 7.892/2013. Acórdão 1604/2017 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo.”

Ou seja, significa dizer que a ata de registro de preços somente poderá ser utilizada quando a administração pública não esteja diante de: (a) serviços contratados para utilização imediata; (b) serviço de natureza continuada e específica; (c) serviços com quantitativos certos e determinados e; (d) serviços para os quais não haja parcelamento da entrega. Estando presentes uma ou mais dessas características, deverá a administração pública adotar o procedimento tradicional de contratação, sob pena de que infrinja o art. 3º do Decreto 7892/2013.

No presente caso não há dúvida de que estamos diante de ao menos duas daquelas características. A **uma**, porque o fornecimento de equipamentos de informática e de *outsourcing* de impressão, manutenção dos equipamentos e fornecimento de insumos é, indene de dúvidas, um serviço de características contínuas.

A **duas**, porque o próprio município demonstrou de forma explícita e implícita que os quantitativos a serem contratados são certos e determinados. Isto se torna evidente da leitura do Termo de Referência no qual se encontra a quantidade de impressões a serem contratadas nos quadros que detalham os serviços a serem prestados em cada lotes (Item 1.1 – Objeto), assim como também no Item 5.4 do Termo de Referência (cf. imagem abaixo):

5.4 Da quantidade: O quantitativo de cópias foi estimado pelo Departamento de Tecnologia da Informação com base no consumo dos anos anteriores.

Portanto, em conclusão a este tópico, requer-se o refazimento do edital para que seja afastada a utilização da ata de registro de preços, garantindo, assim, que o futuro fornecedor dos serviços será contratado para a entrega de serviço certo e determinado, pelo prazo contratual, sob pena de violação ao art. 15 da Lei 8666/93 e ao art. 3º do Decreto nº 7892/13.

7. DIRECIONAMENTO DA LICITAÇÃO – RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA VANTAJOSIDADE

Como dito, trata-se de procedimento licitatório cujo objetivo principal é a locação de equipamentos para impressão, cópia e digitalização. Destarte, as especificações técnicas do objeto da licitação postas no Anexo I - Termo de Referência - dizem respeito às características mínimas necessárias para os equipamentos a serem oferecidos serem consideradas válidas.

Embora a forma de apresentação dos equipamentos requisitados pelo município esteja em desconformidade com o modelo adotado pela maioria dos órgãos públicos que adquirem o mesmo tipo de serviço, em que é possível logo de cara registrar e compreender as especificidades requeridas, este município adotou uma forma de apresentação bastante confusa, que dificultou a esta empresa a análise das características técnicas dos equipamentos requisitados.

Ainda assim, foi impossível deixar de notar que os equipamentos requeridos direcionam a contratação para uma fabricante específica deste tipo de equipamentos, qual seja, a BROTHER, cujos aparelhos, diga-se, são exatamente os mesmos oferecidos pela empresa vencedora do último pregão realizado por este município – a Itamar Luis Guimarães & Cia Ltda - conforme é possível verificar a partir da leitura da proposta comercial apresentada por aquela empresa no último pregão – realizado em 2020:

MEG@
informática

Rua Prudente de Moraes, 504 sl 02
Centro - Dois Vizinhos - Pr.
Fone 0xx46 3536 1021
megainformaticadv@gmail.com

ANEXO – II
PROPOSTA COMERCIAL

RAZÃO SOCIAL: Itamar Luis Guimarães & Cia Ltda	
CNPJ: 05.686.030/0001-17	INSC. ESTADUAL: 90.280.386-63
REPRESENTANTE: Itamar Luis Guimarães	CARGO: Sócio Administrador
RG: 4.591.785-1	CPF: 596.073.949-68
ENDEREÇO: R. Prudente de Moraes, 504 – sl 02 Centro, Dois Vizinhos PR	TELEFONE e E-MAIL: (46) 3536-1021 megainformaticadv@gmail.com
DADOS BANCÁRIOS: Banco - Siccoob	Agência - 4342 C/C: 20625-3

A empresa propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão Eletrônico nº 012/2020, conforme abaixo discriminado:

LOTE	ITEM	QTDE	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	MODELO	Prego Un	Prego Total
01	01	1.350.000,00	SERVIÇOS DE IMPRESSÃO MONOCROMÁTICA Descrição básica: 3 modelos de impressoras conforme especificações abaixo. MODELO I - PARA O MODELO I - 30 MÁQUINAS II especificações: Tecnologia de Impressão Laser Eletrofotográfica Tela LCD Touchscreen 2,7" Velocidade de Impressão Até 32 ppm Resolução de Impressão 2400x600 dpi Memória Padrão 64 MB Memória Opcional Não Emulação PCL6 & BR-Script3 Impressão Duplex Sim Conexão USB 2.0 Ethernet Wireless 802.11b/g/n Conectividade Web DROPOX, GOOGLE DRIVE, EVERNOTE, ONEVRIVE, ONENOTE, BOX, FACEBOOK, FLICKR e Picasa Web Albums TM Compatibilidade com Dispositivos Móveis Android e iOS	Brother	MFC-L6920DW	0,10	135.000,00
				Brother	DGP-L5620N		
				Brother	MFC-L2740DW		

O direcionamento a esta fabricante ficou evidente quando lemos nas especificações técnicas que todos os modelos a serem entregues deverão conter “*Compatibilidade com Dispositivos Móveis (...) Brother iPrint & Scan*”, característica essa a qual, como o próprio nome já diz, somente é disponibilizado por aquela empresa fabricante. Esta específica característica de compatibilidade está listada como imperativa para todos os itens de todos os lotes desta licitação, senão vejamos:

- a) Lote 1 – Item 1 – Modelo I – fl. 30 do Edital
- b) Lote 1 – Item 1 – Modelo II – fl. 31 do Edital
- c) Lote 1 – Item 1 – Modelo III – fl. 37 do Edital
- d) Lote 2 – Item 1 – Modelo I – fl. 38 do Edital
- e) Lote 2 – Item 1 – Modelo II – fl. 42 do Edital
- f) Lote 2 – Item 1 – Modelo III – fl. 45 do Edital

Assim, está configurada a **restrição à competitividade ou direcionamento da licitação**, em violação aos art. 7º, §5º⁵, art. 15, §7º, inc. I⁶ da Lei 8.666/93, art. 3º, II⁷, da Lei 10.520/02 e ao art. 18, §1º, V⁸, da Lei 14.133/21, dado que o direcionamento a uma específica marca fornecedora dos equipamentos reduz o quantitativo destes que potencialmente atende às exigências da administração pública.

No particular, as especificações técnicas impostas por este órgão configuram direcionamento da licitação, mormente porque, embora não haja indicação de marca específica – o que até seria permitido, na forma da lei – apresentam especificações as quais singularizam o objeto a ponto de

⁵ § 5º É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.

⁶ § 7º Nas compras deverão ser observadas, ainda:

(...) I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;

⁷ Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

(...) II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

⁸ Art. 18, § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos: (...)

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

excluir outros modelos e fabricantes, os quais poderiam atender completamente os objetivos da contratação.

O Tribunal de Contas da União, ao julgar casos análogos ao presente, sempre foi claro no sentido de que a especificação dos produtos necessários deverá ser feita de forma completa, porém, sem que sejam incluídas características que individualizem um produto particular ou características consideradas atípicas nestes equipamentos, conforme é possível concluir das ementas abaixo transcritas:

Observe com rigor, em todos os processos licitatórios, as normas pertinentes e que, ao especificar produtos, faça-o de forma completa, porém sem indicar marca, modelo, fabricante ou características que individualizem um produto particular.

Acórdão 1034/2007 Plenário

Abstenha-se de definir as especificações dos produtos a serem adquiridos a partir das características de marcas específicas em atendimento ao disposto no art. 7º, § 5º e 15, § 7º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 295/2008 Plenário

Correndo o risco de sermos repetitivos, vale dizer, uma vez mais, que a repetição, *ipsis literis*, dos requisitos de um tipo específico de equipamento **configura direcionamento de licitação, restrição à competitividade do certame, violação aos princípios da isonomia, competitividade e economicidade** para a administração pública, haja vista que a escolha da marca diminui o potencial de empresas fornecedoras dos equipamentos requisitados por esta empresa, em especial neste mercado em que as empresas operam, de uma maneira geral, como representantes únicas das fabricantes. Às vezes em âmbito local/regional/estadual e, muitas outras vezes, em âmbito nacional.

Vale frisar, neste mesmo sentido, que em caso idêntico ao presente, no qual o Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro reproduziu as especificações técnicas mínimas idênticas à de determinado equipamento de informática de determinada marca, ainda que sem citá-la, o TCU concluiu **ter havido direcionamento a marca específica, em violação ao art. 7º, §5º e art. 15, §7º, inc.**

I da Lei 8.666/93, conforme é possível verificar do voto do e. Ministro Weder de Oliveira, no Acórdão 2005/2012-Plenário, transcrito abaixo:

Em resumo, não foram apresentados argumentos consistentes para justificar o estabelecimento de especificações mínimas literalmente iguais às de impressoras da marca Brother como sendo as que melhor atendem às necessidades do órgão licitante e **o estabelecimento de especificações mínimas da forma como foi feito praticamente eliminou a competição e direcionou o certame para aquisição de equipamentos daquela marca.**

Acórdão 2005/2012 Plenário

Em conclusão, esta interessada vem requerer a adequação da especificação técnica dos equipamentos do Termo de Referência desta Edital, a fim de que seja estimulado o caráter competitivo do procedimento licitatório, afastando-se os possíveis vieses de direcionamento da licitação e equipamento ou marcas específicas, de modo a que seja protegido o princípio da vantajosidade e da contratação da melhor proposta à administração pública.

Neste sentido, sucessivamente, a fim de apoiar o processo de escolha da administração, esta interessada desde já sugere as seguintes características para os equipamentos a serem requeridos dos potenciais fornecedores, os quais podem ser atendidos por um sem número de fabricantes, entre os quais se inclui a BROTHER, mas não somente ela:

a) MODELO I

PARA O MODELO I - 74 MAQUINAS

Especificações:

Tecnologia de Impressão: Laser Eletrográfico

Tela LCD Touchscreen mínimo: 4"

Velocidade de Impressão: 32 ppm A4

Resolução de Impressão: 1200x1200 dpi

Memória mínima: 64 MB

Impressão Duplex Sim

Conexão USB 2.0, Ethernet

Conectividade Web

Compatibilidade com Dispositivos Móveis

Ciclo Mensal máximo: 5.000 páginas

Capacidade Bandeja Entrada: 250 folhas Saída: 50 folhas ADF: 35 folhas

Ampliação/Redução 25% - 400%

Cópia sem uso do PC

Cópia Duplex Automática

Resolução de Cópia 600x600 dpi

cópias múltiplas (até 99)

Digitalização Color e Mono
Digitalização Duplex Automática
Alimentador Automático de Documentos (ADF) Sim
Resolução do Scanner: 600x600 dpi
Digitaliza para E-mail, Imagem, OCR, Arquivo, E-mail Server, FTP,
Formatos de Arquivo: TIFF / JPEG / PDF

b) MODELO II

PARA O MODELO II = 124 MAQUINAS

Especificações:

Método de Impressão Laser Eletrofotográfico
Velocidade da CPU (Processador): 800 MHz
Tela LCD Touchscreen: mínimo 4"
Resolução de Impressão: 1200x1200 dpi
Velocidade de Impressão: 50 ppm
Memória (mínima) 1GB
Duplex Automático Impressão, Cópia, Digitalização
Capacidade de Entrada de Papel: Bandeja Padrão: 500 folhas
Capacidade Bandeja Multiuso: 100 folhas
Capacidade de Saída: 250 folhas
Alimentador Automático de Documento (ADF) 80 folhas, passagem única
Conexão Padrão: Ethernet Gigabit, USB 2.0 de alta velocidade
Resolução de Cópia: 600x600 dpi
Redução/Ampliação 25 a 400%
Cópias múltiplas (até 99)
Digitaliza para E-mail, Imagem, OCR, Arquivo, E-mail Server, FTP,
Formatos de Arquivo: TIFF / JPEG / PDF
Ciclo de Trabalho Mensal máximo: 150.000 páginas/mês
Fonte de Alimentação: 110V

c) MODELO III

PARA O MODELO III = 40 MAQUINAS

Tecnologia de impressão: Laser Eletrofotográfico
Tela LCD Touchscreen: mínimo 4"
Velocidade de Impressão: mínimo 25 ppm A4
Resolução de Impressão: 1200x1200 dpi
Impressão Colorida: sim
Memória (mínima) 512MB
Processador: mínimo 800 MHz
Duplex Automático Impressão, Cópia, Digitalização
Resolução de Cópia: 600x600 dpi
Ampliação e Redução: 400% - 25%
Digitaliza para E-mail, Imagem, OCR, Arquivo, E-mail Server, FTP,
Formatos de Arquivo: TIFF / JPEG / PDF
Ciclo de Trabalho Mensal máximo: 40.000 páginas
Impressão Direta via USB
Capacidade Bandeja de Entrada mínima de: 250 folhas
Capacidade Alimentador Automático ADF: 50 folhas, passagem única
Capacidade Bandeja Multiuso: 50 folhas

Conectividade: Ethernet Gigabit e USB
Alimentação: 110 V

8. DO PEDIDO

Face às razões de fato devidamente fundamentadas nos termos de direito, mostra-se inequívoca a necessidade de adequação do Instrumento Convocatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 201/2022, devendo a Administração efetuar a devida retificação/supressão das exigências que afetam o seu caráter competitivo, de modo a autorizar a participação da máxima quantidade de fabricantes e fornecedores, preservando assim os padrões de qualidade e eficiência dos equipamentos, sem restringir a isonomia e a livre concorrência.

Assim, ante o exposto requer-se seja conhecida a presente impugnação para que, no mérito, lhe seja dada provimento, com a consequente suspensão da sessão de abertura do Pregão, a fim de que sejam realizadas as modificações necessárias ao atendimento das razões desta peça.

Nestes termos,
Pede deferimento.

De Curitiba/PR para Dois Vizinho/PR, 17 de janeiro de 2023.

PRINTER DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - EPP

APARECIDO PORFIRIO DOS SANTOS

Representante legal